

TWO CONTRASTING POSITIONS WITH REGARD TO THE THEORIZATION OF THE SPANISH-PORTUGUESE BORDER IN EARLY 20TH-CENTURY PORTUGUESE GEOGRAPHICAL THOUGHT

Duas posições contrastadas do pensamento geográfico português sobre a teorização da fronteira luso-espanhola no início do século XX

Pedro Cabral Teles

Escola Professor Gonçalo Sampaio, Póvoa de Lanhoso

Fecha recepción 13.06.2014 / Fecha aceptación 14.07.2014

Resumo

Este trabalho reporta-se à teorização do pensamento geográfico português sobre a individualização da fronteira luso-espanhola nas primeiras décadas do século XX, pretendendo-se demonstrar à luz dos conceitos geopolíticos, que a Ibericidade foi, como ainda é, uma marca indelével em termos geográficos e uma necessidade em termos históricos para o conjunto dos dois países peninsulares.

Relativamente à delimitação das fronteiras existentes na Península Ibérica, avultam os investigadores portugueses Amorim Girão e Mendes Corrêa. Estes dois geógrafos apresentam como denominador comum o facto de considerarem que a delimitação fronteiriça ibérica é (quase) sempre artificial, produto e obra da acção do

Abstract

This paper discusses the theorization of Portuguese geographical thought concerning the individualization of the Portuguese-Spanish border in the first decades of the twentieth century. It seeks to demonstrate, in the light of geographical concepts, that “Iberia-ness” (Ibericidad/Ibericidade) was, and still is, an indelible mark in terms of geography and a necessity in terms of history for both countries.

It addresses the delimitation of the current borders in the Iberian Peninsula, looking specifically at Amorim Girão and Mendes Corrêa. The common denominator between these two geographers is the consideration of the Iberian border delimitation as being the (nearly) always artificial, product of human action, even where

Homem, mesmo quando apresenta como limites acidentes naturais. Pode por conseguinte afirmar-se que se a consolidação da fronteira luso-espanhola foi sancionada pelos acordos político-diplomáticos, também não é menos verdade que a sua delimitação zonal em termos espaciais se foi afirmando progressivamente à medida que se estabilizavam as fronteiras resultantes da progressão da Reconquista para locais mais meridionais. Assinale-se o facto de apesar de não existirem limites naturais significativos entre ambos os reinos, se formou uma delimitação tão estável que perdurou até aos dias de hoje.

Palavras-chave

Geografia Humana; paisagem; Geografia Política; Geopolítica; fronteira; municipalismo; nacionalismo, Nação; Estado, Iberismo; Salazarismo.

natural anomalies form the actual frontier. It can therefore be asserted that whilst the consolidation of the Spanish-Portuguese border was sanctioned by politico-diplomatic agreements, then it is also no less true that its zonal delimitation in special terms was becoming progressively stronger, as the borders—resulting from the progression of the Reconquista to locations further south—were stabilizing. It should be noted that despite the absence of significant natural boundaries between the kingdoms, a delimitation was created and has been so stable that it still stands even today.

Key words

Human Geography; landscape; Geopolitics, Political Geography; border; municipalism; nationalism; Nation; State; Iberism; Salazarism

A concepção imagética da individualização de Portugal no contexto ibérico, pode contar ao longo das dezenas de anos a que se refere o período cronológico deste estudo, com o trabalho de investigadores ligados à ciência geográfica que foram construindo um *corpus* teórico suficientemente sólido para ser aceite quer pelos poderes políticos como pelos meios académicos. Podemos pois considerar que a Geografia esteve (quase) sempre ao serviço da(s) ideologia(s) do Poder. Resta saber se o discurso inverso também não é verdadeiro, ou seja, se a novel ciência geográfica –nova nos meios universitários portugueses– não terá influenciado também até certo ponto as opções do Poder político em matéria da promulgação das reformas da divisão administrativa do País¹ ou mesmo nos convénios assinados com Espanha relativamente à ratificação e segurança dos limites fronteiriços.²

Podemos por conseguinte afirmar que, ainda hoje, esta separação entre os países ibéricos advém mais de aspectos pontuais relativos à diferenciação política entre os dois Estados do que propriamente a desacordos entre ambas as Nações, cuja índole se reporta mais à mentalidade integracionista do que à dualidade peninsular presente nas duas populações: «Los problemas de limites se inscriben en la misma lógica de la tensión entre Política e Nación, al ser explicados como meros problemas políticos insustanciales, incluso incapaces de alterar la pertenencia geográfico-histórica esencial que hermana a ambas naciones. Lo geográfico aparece así bajo dos dimensiones: a) como lo geográfico-político: problemas de frontera y demarcación y, como tales, insustanciales; b) como lo geográfico-histórico: problemas de personalidad nacional (marí-

1. Ver a este respeito os trabalhos de Amorim Girão publicados na revista *Biblos*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra entre 1927 e 1936. Por exemplo, A. A. Girão, “Condições Geográficas e Históricas da Autonomia Política de Portugal”, *Separata da Biblos*, Vol. XI, Coimbra, 1935, 33; A. A. Girão, “Condições Geográficas e Históricas da Autonomia de Portugal”, *Biblos*, Vol. XI, Janeiro / Agosto 1 a 8, fascs IX-XIII, Coimbra, 1935, 420 - 442. Sobre as divisões político-administrativas internas de Portugal, consultar: A. A. Girão, “Divisões Regionais do Continente Português”, *Biblos*, Vol VI, fasc 1 e 2, Coimbra, 1930-a, 107 p.; A. A. Girão “Esboço duma Carta Regional de Portugal”, *Biblos*, Vol.VI, fasc. 3 e 4 , Coimbra 1930-b, 195-214; A. A. Girão, “Esboço duma Carta Regional de Portugal”, *Biblos*,Vol.VI, fasc. 5 e 6, Coimbra, 1930-c, 354 -359; A. A. Girão, *Esbôço duma carta Regional de Portugal*, Coimbra, 1930-d, 68 p.; A. A. Girão, *Esbôço de uma Carta Regional de Portugal*, 2ª Edição, Coimbra, 1933-a, 221 p.; A. A. Girão, *Evolução de uma carta regional de Portugal*, ilustrada com seis mapas refundidos, aumentada e incluindo em apêndice a resposta às críticas feitas pela imprensa, 2ª Ed, Coimbra, 1933-b; A. A. Girão, *Lições de Geografia Humana*, Coimbra Editora, Coimbra, 1936; A. A. Girão, “Lições de Geografia Humana”, *Biblos*, Vol. IX (fascs I-VIII, 11-45 e fascs. IX-XII, pp 329-366) e Vol. XII fascs I-III, 49-105), Coimbra, 1933-1936; A. A. Girão, *A Divisão Provincial do Novo Código Administrativo*, Coimbra Editora Lda, Coimbra, 1937; A. A. Girão, “A Divisão Provincial do Novo Código Administrativo, Segunda resposta”, *Separata da Biblos*, Vol XIV, Coimbra, 1938; A. A. Girão e F.Velho, “Estudos da População Portuguesa, III- Migrações Internas (1890-1940)”, *Separata da Biblos*, Vol XXIV,Coimbra, 1948.

2. Por exemplo os trabalhos de A. M. Basto, “A fronteira Hispano-Portuguesa (Ensaio de geografia Política)”, *Separata de O Instituto*, vol. 70, Coimbra, 1923, 46 p.; os de J.Paiva Boléo, J.Gonçalo de Santa Rita, L. Schwalbach, S. da Silva Pinto e do próprio A. Girão e de Mendes Corrêa sobre a estabilidade da fronteira portuguesa. Mais pertinente ainda, a análise deste último geógrafo sobre os condicionalismos do Tratado de Amizade Peninsular (1940) e o posterior Pacto Ibérico (1942). Veja-se a este propósito, A.A. Mendes Corrêa, “Ibéria”, *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 6 de Abril de 1923, 1.

timo, Portugal; terrestre, España [Castilla]), sustanciales. Si lo geográfico-histórico es del orden de la nación, lo geográfico-político es del orden del Estado.»³

1. Mendes Corrêa: a fronteira resultante das diferenciações etno-linguística

Este antropólogo e geógrafo, partidário de uma aproximação luso-espanhola, considerava que o intercâmbio socioeconómico entre ambos os países era pouco intenso, devendo estes cooperarem no sentido de desenvolverem conjuntamente projectos de exploração dos recursos naturais, abastecimento de energia hidroeléctrica, transportes, indústria e agricultura. Esta cooperação seria capaz de acelerar o desenvolvimento da Península Ibérica, a qual teria em si mesma um desígnio geopolítico, que era o retomar da influência económica e política ibérica na Europa Ocidental e particularmente na América Latina: «Ainda uma condição natural, a sua situação geográfica, irmana a Espanha e Portugal no comum papel de intermediários entre a Europa da qual são guardas avançadas sobre o Atlântico, e a América Latina, filha da civilização ibérica.»⁴

Em termos de Geografia Política, Mendes Corrêa utiliza a classificação de C. Vallaux sobre as fronteiras⁵ mas adaptando-a convenientemente ao seu próprio ponto de vista etno-nacionalista, caracterizando a fronteira hispano-portuguesa - que considera mais em termos antropológicos do que físicos - como uma fronteira dinâmica, perfeitamente individualizada em termos humanos: «Em 1920 (...) afirmei que a fronteira luso-espanhola não era a meu ver uma fronteira morta ou uma fronteira esboçada, mas uma fronteira viva feita pelo sentimento nacional, por factos antropogeográficos de mais peso em questões de geografia política do que factos de geografia física. Um estudo mais detalhado recentemente feito por um dos assistentes da disciplinas que professo, não conduziu ao que julgo, o seu autor⁶ a conclusões muito diversas sobre a classificação da nossa fronteira terrestre.»⁷ Significa que a fronteira portuguesa é marcada pela estabilidade porque não existem conflitos latentes, apesar de não estar ainda toda ela completamente delimitada: esses problemas só em 1927 seriam definitivamente resolvidos.

3. H. Cairo, P. Godinho e X. Pereiro Peérez (Eds.), *Portugal e Espanha: entre discursos de centro e práticas da fronteira*, Lisboa 2009, 107-108.

4. A. Corrêa, *Etnologia Ibérica, Considerações sobre as origens do Povo Português-Conferência na Universidade de Madrid em 23 de Maio de 1920*, Edição «dos Annaes Scientificos da Academia Polytechnica do Porto», Volume XIV, 2, Coimbra, 1921, 185.

5. Segundo C. Vallaux, a fronteira é dinâmica porque resulta de uma interpenetração cultural entre povos, de modo algum resulta de conquistas provocadas pela guerra e / ou tratados político-diplomáticos. Apenas no que diz respeito às fronteiras marítimas, que lhe mereceram peculiar atenção, admite por parte do que considera as potências marítimas, com destaque para a Inglaterra, uma certa expansão e permeabilidade do que hoje denominaríamos de limite das águas territoriais, na época conceito ainda mal compreendido e ainda menos bem definido nos tratados internacionais.

6. Basto, loc. cit, 46.

7. Mendes Correia, loc. cit., 1.

Outra obra, intitulada *Os Povos primitivos da Lusitânia* (1924) apesar de ser um estudo das características etnográficas do povo português e espanhol em épocas recuadas, inicia-se por uma introdução geográfica sobre a Península Ibérica que serve essencialmente para fundamentar a individualidade do território português na unidade conjunta peninsular. Sendo assim, começa por caracterizar a morfologia ibérica e particularmente a portuguesa, não seguindo apenas a mesma linha de pensamento de Oliveira Martins, como em estudos anteriores, mas fundamentando mais pormenorizadamente a especificidade de Portugal no contexto ibérico: em termos da disposição do relevo em anfiteatro, da flexura de dobramento ao longo da região fronteiriça –teoria recente na época bem como do clima–, baseando-se nos últimos trabalhos publicados por geólogos e geógrafos espanhóis.⁸

Interpretando os estudos destes investigadores, relaciona-os com a classificação tipológica das regiões proposta por C. Vallaux, chegando à conclusão que a Península Ibérica, em que se enquadra Portugal, divide-se em regiões complexas que são aquelas caracterizadas por diversos elementos naturais que no entanto podem englobar sub-regiões mais simples, caracterizadas por um único elemento natural que as individualiza entre si. Esta individualização das regiões naturais peninsulares adoptada por A. Mendes Corrêa tem a originalidade de conceder maior relevância às características morfo-estruturais portuguesas, em que se destaca uma faixa litoral ocidental mais extensa do que aquela proposta pelo geógrafo madrileno J. Dantín Cereceda⁹, cujas investigações serviram de base ao trabalho publicado pelo geógrafo português, e que aparece agora designada por Cadeia Costeira Portuguesa e Depressão Portuguesa. Surgem também alterações na nomenclatura do Sistema Central Divisório que passa a designar-se por Sistema Lusitano-Castelhano, o que dá a falsa ideia que este elemento estruturante da morfologia peninsular não só se inicia no nosso País (sentido Oeste-Este) como se apresenta pelo menos tão importante em Portugal quanto em Espanha. (Figura 1).

A divisão da Península Ibérica em regiões naturais vai induzi-lo a propor para Portugal uma divisão regional –coincidência ou não– muito parecida com aquela proposta por Barros Gomes (*Cartas Elementares*, 1878) e posteriormente por Amorim Girão (*Esboço de uma Divisão Regional de Portugal*, 1930).

Ocupa-se em seguida da classificação e delimitação da fronteira ibérica, repetindo as mesmas conclusões já explanadas em obras anteriores, apenas com uma achega significativa: apesar da evidência de factores naturais na divisão fronteiriça Portugal-Espanha, esta não pode ser considerada uma fronteira linear mas antes uma fronteira de acumulação em que os intercâmbios socioeconómicos deveriam ser fomentados porque em termos de Geografia Política, as relações mútuas entre Estados também constituem elementos de diferenciação política, ou seja de afirmação da soberania nacional e não de integracionismo de Portugal perante a Espanha.

8. J. Dantín Cereceda, *Resumen Fisiográfico de la Península Ibérica*, Madrid, 1912, 293; e E. Hernández-Pacheco, *Discurso leído en el acto de su recepción por el Sr. D. Eduardo Hernández-Pacheco y Estevan*, Madrid, 1922, 94.

9. Dantín Cereceda, *op. cit.*

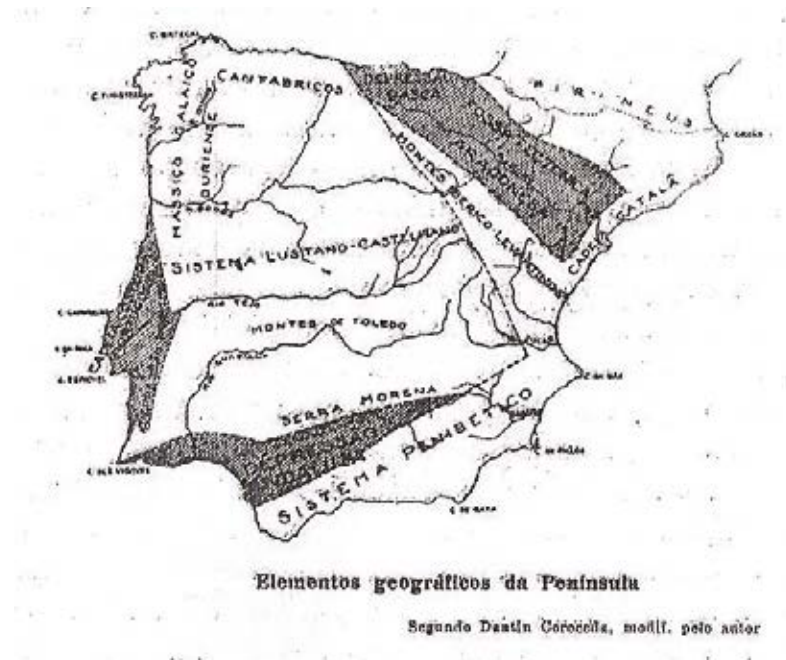


Figura 1. Divisões geográficas da Península Ibérica. Fonte: A. Mendes Corrêa, *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Porto, 1924, p. 26.

Directamente influenciado pelos conceitos geopolíticos vallauxianos, bem como pelo espírito nacionalista do Estado Novo, de que é um fervoroso apoiante, o antropólogo Mendes Corrêa teoriza sobre a génese e características da fronteira portuguesa em três artigos *Raízes de Portugal*, “*Portugal Ex Nihilo!*”...*Terra e Independência – A Raça*¹⁰, depois coligidos num único volume.¹¹ Este último publicado nas vésperas do *terminus* da Segunda Guerra Mundial, com um postfácio onde o autor tenta suavizar certas declarações mais conservadoras e mesmo rebater acusações de racismo e de adepto das teorias do III Reich!

Utilizando a classificação tipológica das fronteiras do geógrafo francês supracitado, menciona que é frequente a formação dos Estados onde é norma a diversidade regional, delimitados por fronteiras muito mais complexas, denominadas de fronteiras-zonais, onde prevalecem os factores de ordem política aos de ordem natural: «Compreende-se como, posta a questão nestes termos, surge precisamente ociosa a discussão sobre a coincidência da nossa fronteira com elementos naturais e se revela até como contrária à nossa autonomia

10. A. Corrêa, *Raízes de Portugal*, “*Ex Nihilo!*”...(*Terra e Independência – A Raça*), Lisboa, 1938, 32-37.

11. A. Corrêa, *Raízes de Portugal*, “*Portugal Ex Nihilo!*”...(*Terra e Independência – A Raça*), 2ª Ed., Lisboa, 1944, 158.

política a tese de que, no ponto de vista da geografia física, Portugal é uma “unidade” mais ou menos perfeita. Tais verificações não nos devem, porém, levar à conclusão da inexistência de factores geográficos importantes, mesmo por vezes primaciais, na génese e na história de Portugal.»¹²

Contudo, se o antropólogo portuense deixa entrever a importância «possibilista» da diferenciação regional na génese dos Estados, depreça realça a teoria ratzeliana da importância da posição (*Lager*) relativamente à independência de Portugal como factor determinante. Neste sentido, o nosso País pertence à classificação dos Estados de «ordem superior», cujas fronteiras –no caso português a ocidental e meridional– não sofreram a força centrífuga resultante da expansão de Espanha. O outro conceito ratzeliano, a importância do espaço vital, necessário para o expansionismo dos Estados, aplica-se a Portugal, que não podendo expandir-se para além de certos limites no interior da Península Ibérica, foi encontrar esse «espaço vital» nas novas terras descobertas além-Atlântico: «Invocaram-se justamente a oceanicidade, a nossa vocação centrífuga, atlântica, contraposta à continentalidade castelhana, a nossa condição de anfiteatro sobre o Atlântico, numa latitude favorável ao desenvolvimento político. Eu mesmo, parafraseando Reclus que dizia voltar a Península as costas à Europa, escrevi que se podia dizer geomorfológica e politicamente “voltar Portugal as costas à Espanha”»¹³

Em consonância com o ambiente político da época, nota-se um acentuar de posições nacionalistas comparativamente com os estudos publicados nas duas décadas anteriores¹⁴; refere que a fronteira setentrional entre o Minho e a Galiza, apesar da identidade linguística ser mais forte do que a antropológica, é resultante dos acontecimentos históricos derivados dos conflitos bélicos e dos eventos políticos, originando uma fronteira linear, apesar de ambos os países estarem separados pelo rio Minho, porque aquela resultou da vontade dos barões portucalenses nos alvares da Nacionalidade.¹⁵

Merece especial destaque a individualização da fronteira Leste entre Portugal e Castela-Leão, que desde sempre foi a mais «forte de todas as Hespanhas» e pela qual o investigador portuense manifesta fundas preocupações geoestratégicas e geopolíticas, atendendo à situação política resultante da Guerra Civil de Espanha. Ao contrário de séculos anteriores,

12. A. Corrêa, *op. cit.* (1938), 30.

13. Corrêa, *op. cit.* (1938), 37.

14. «Em finais dos anos 1930, com a consolidação do «Estado Novo», encerrou-se um ciclo de interesses pela Galiza por parte dos intelectuais portugueses que tinha tido expressões logo nas últimas décadas do século XIX. Cristalizaram-se então as expressões vivas e politicamente plurais do nacionalismo que tinham marcado os anos da I República, quando vingaram os interesses pela Galiza, sobretudo acicatados pelas solicitações de reconhecimento vindas de além-Minho. Foi, no entanto, o *Alzamiento* de 1936 que marcou mais definitivamente o fim das curiosidades mantidas em Portugal pela “questão galega”, (...)» A. Medeiros, *Dois lados de um rio: Nacionalismo e Etnografias na Galiza e em Portugal*, 1ª ed., Lisboa 2006, 23.

15. «A fronteira política entre os dous Estados foi unha das causas determinantes da marxinação política, linguística, económica e mesmo xeográfica de Galiza. Nos séculos XIX e XX, a procura dun reencontro com Portugal constituiu un signo distintivo do Galeguismo (...) A história do nacionalismo galego está inzada de manifestacións a favor dun determinado reencontro cultural e político con Portugal». Medeiros, *op. cit.*, 233.

em que as fracas barreiras naturais serviam de obstáculos de monta à progressão dos exércitos, considera aquelas como de fácil transposição, sendo incapazes de impedir uma invasão terrestre:

«(...) com tão extensa fronteira terrestre não é lícito dizer que as estradas geográficas de fácil trânsito para invasores que pretendam atingir rapidamente centros vitais do país, sejam tão numerosas como se podia esperar. Não devemos deixar de reconhecer nesse facto um poderoso factor adjuvante da nossa autonomia. Ele perderá, porém, muito da sua importância no futuro com os meios modernos de invasão e ataque rápido, as colunas motorizadas, a aviação sobretudo. Nem por isso aquelas condições naturais deixaram de desempenhar um papel relevante no passado (...) Grande parte da nossa raia seca atravessa terrenos em que nenhum acidente natural a define. É um traçado aparentemente caprichoso, faltam ali rios ou linhas de cumiada montanhosa. Impressiona, mesmo a geógrafos autorizados, a continuidade geológica, orográfica, hidrográfica, etc.»¹⁶

Refere pois que a fronteira portuguesa, apesar de não ter obstáculos naturais de monta, funciona como uma área de protecção, uma espécie de barreira zonal, quase que nos atrevíamos a falar de uma *no man's land*, em virtude da sua fraca densidade populacional e das inóspitas condições naturais. Por isso, é uma linha de clivagem política e geográfica entre Estados diferentes, cada um com vínculos de nacionalidade próprios. Essa nacionalidade que no caso português, o antropólogo portuense considera anterior à formação do Estado: «Portugal era já, antes do conde Henrique e de Afonso I, uma nação».¹⁷ A qual resultou essa sim, em parte das condições naturais da «outra» fronteira, que é a configuração peculiar do nosso litoral, a que Leite de Vasconcelos chamou de «fronteira natural»¹⁸ que em si mesma gerou a unidade nacional e posteriormente a expansão marítima.

Em conclusão, a génese da fronteira entre Portugal e os outros reinos ibéricos teria resultado de dois factores que se sobrepõem em importância: os factores humanos que residem na vontade colectiva da Nação, bem explícita nas características dolicocefalas da sua população e na existência de determinados factores físicos, como os cursos de água que ao encaixarem os seus vales contribuíram para criar em certos pontos do traçado fronteiriço uma propensão para a delimitação baseada em aspectos naturais. No entanto, não deixemos subalternizar o facto do antropólogo e geógrafo portuense considerar que o factor que se sobrepuja a todos os outros na delimitação da fronteira luso-espanhola portuguesa ser o nacionalismo, não no sentido do termo empregue por Amorim Girão, mas sim em acções

16. Corrêa, op. cit., (1938) 32-37.

17. «Deve notar-se que separação de Portugal de Leão e Castela se fez mais facilmente do que se poderia supôr. As guerras entre portugueses e castelhanos no início da monarquia portuguesa quasi sempre surgiram de dissensões mais sobre a posse de terrenos fronteiriços do que sobre a questão máxima da independência portuguesa». A. Corrêa, *Raça e Nacionalidade*, Porto, 1919, 78.

18. J. Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa, Tentame de Sistematização, Livro I-A Terra de Portugal, Vol II*, Lisboa, 1936, 239.

político-diplomáticas e militares concertadas, resultantes de uma nacionalidade organizada e cimentada por uma tarefa comum a que a unidade étnica emprestava coesão.

Reside aqui, no nosso entender, a originalidade de Mendes Corrêa, ao conciliar duas teses distintas, a primeira, que se pode filiar no internacionalismo nazi-fascista, numa aproximação à Escola de Geopolítica Alemã (*Geopolitik*)¹⁹, que a separação política de Portugal e o consequente traçado da fronteira é resultante da actuação de «linhas de força geopolíticas» ou «isodinâmicas», no sentido dos meridianos, com uma obliquidade NE –SW em analogia com as isotérmicas. Posição algo parecida com a de Hermann Lautensach, apesar deste geógrafo ter uma concepção *sui generis* sobre as delimitação teórica das fronteiras²⁰. O traçado

19. Será neste contexto que os geógrafos de Berlim clarificam o objecto de estudo da *Geopolitik* como se denota da citação de um artigo publicado na *Zeitschrift für Geopolitik* sobre a definição conjunta de K. Haushofer, H. Lautensach, E. Obst e O. Maull, precisamente os mentores daquela publicação alemã. Os mentores germânicos da Geopolítica e mais ainda da *Geopolitik* consideravam que a delimitação entre Estados seria caracterizada por uma fronteira dotada de mobilidade resultante da fricção política entre países limítrofes, denominada de fronteira orgânica. No entanto, para H. Lautensach e sobretudo para K. Haushofer, a fronteira é delimitada segundo os acidentes naturais, mas isso não implica que seja estática, antes pelo contrário, a sua mobilidade está relacionada com as necessidades vitais de espaço de cada raça, daí o conceito de “fronteira biológica,” aquela cujo espírito expansionista está na mente de cada povo (*Volk*). ao considerar que a *Geopolitik* alemã deturpa as concepções de F. Ratzel, substituindo-as pelo *Volkszone Raum*, isto é pelo «espaço vital» que seria inerente às características raciais do povo alemão, segundo os teóricos do nazismo. Estas concepções, apresentadas em larga medida em artigos da publicação *Zeitschrift für Geopolitik* não seriam fundamentadas em estudos minuciosos de natureza local como as monografias francesas por exemplo, mas sim nas concepções de K. Haushofer sobre a existência de fronteiras naturais baseadas na unidade das bacias fluviais. Neste caso as duas margens do Reno passariam a ser o limite ocidental enquanto a Leste a bacia do Vístula seria o limite natural da Alemanha, que além do mais, protegeria os países ocidentais daquilo que os nazis consideravam a «Eslavização» (leia-se bolchevização) da Europa. Em termos espaciais, a geografia do nazismo pretendia que a *Geschlossener Deutscher Volksboden*, ou seja o núcleo central (e vital...) da Alemanha, fosse dotado de uma cultura própria que teria semelhanças com outras áreas repartidas pela Europa Central e Setentrional, cujos países deveriam por conseguinte fazer parte do *Reich* alemão.

20. No entanto, a originalidade de H. Lautensach e quiçá, a sua contribuição mais significativa, é no nosso entender mais complexa e importante do que isso, pois refere-se à conceptualização da *Großen Kultur*, isto é, da fronteira enquanto entidade de limites mais ou menos estáveis mas algo indefinidos porquanto sem tensões políticas, os quais resultam essencialmente da similitude cultural e linguística e não tanto de aspectos político-diplomáticos e naturais. Relativamente ao conceito da delimitação fronteiriça ibérica, o geógrafo alemão vai até certo ponto transpôr para o caso peninsular a sua teoria da *Großen Kultur*, sem contudo descurar a importância dos elementos naturais no traçado da fronteira luso-espanhola, que a sua formação como geomorfólogo não permitia olvidar. Por conseguinte, fácil se torna compreender a ênfase dada por H. Lautensach ao facto do limite fronteiriço oriental português coincidir com o limite linguístico que determinou mas não foi determinado pela fronteira política que só acidentalmente se torna natural devido à especificidade da hidrografia transfronteiriça ao atravessar o Maciço Antigo: “(...) múltiplos fenómenos antropogeográficos têm uma terminação abrupta na fronteira portuguesa, o que se explica pelo facto de eles se terem desenvolvido e formado depois de a fronteira se formar. Não foram eles que influenciaram a constituição da fronteira; sucedeu o inverso e a sua formação só se explica pela estabilidade

das fronteiras na Península ibérica será o resultado de uma gradação diferenciada consoante a área em que actuam, como se o clima oceânico também fosse predestinado para influenciar os condicionalismos histórico-políticos, que apenas se exerceriam nesta periferia peninsular em oposição às «linhas de força» de disposição radial, estreladas no centro, ou melhor no núcleo peninsular que corresponde a Castela-Leão. Neste sentido, existiriam quatro forças, actuantes em direcções diferentes mas não necessariamente opostas, a saber: planetárias ou latitudinais que actuariam segundo faixas paralelas entre si; periférico-centrais que actuariam de uma forma concêntrica (supomos nós que de um modo centrípeto e centrífugo), outras segundo os pontos cardeais Este-Oeste em bandas segundo o sentido dos meridianos e hipsométricas que seriam apenas gradativas em intensidade. Progressivamente o conceito de fronteira geográfico-cultural e linguística vai ganhando cada vez mais relevância na determinação da fronteira oriental hispano-portuguesa em detrimento dos aspectos naturais, mas simultaneamente deixa de ser considerada uma simples linha divisória político-administrativa para se tornar uma fronteira zonal, entidade relativamente dinâmica e dotada de uma certa mobilidade no seu traçado.²¹

Contudo, Mendes Corrêa salienta a existência dessas «linhas de força» mas no interior do País: foram elas que a despeito da orografia contrastada entre o Norte e o Sul –(fala até num «degrau tectónico» que algures pelo Tejo divide Portugal em duas partes distintas) – permitiram que se cumprissem duas etapas fundamentais: a primeira foi que a Reconquista Cristã e o inerente movimento de densificação demográfica se processasse de Norte para Sul ao longo das bacias fluviais. O segundo, de cariz etno-nacionalista reporta-se à consolidação do sentimento de unidade nacional entre regiões, que apesar de uma língua e de características etnográficas semelhantes apresentavam um polimorfismo paisagístico evidente.

Fundamenta assim a independência de Portugal face ao país vizinho bem como as características geográficas da fronteira comum ao longo de diversas obras publicadas durante mais de vinte anos, em que a sua opinião nunca diverge muito, embora se reconheçam algumas modificações no sentido de uma valorização dos factores humanos- sempre com

do Estado português.” H. Lautensach, “A Individualidade Geográfica de Portugal no conjunto da Península Ibérica”, *Boletim da SGL*, Série n.º 49, n.º 9-10, Setembro/Outubro, 1931, 383.

21. Numa (re)leitura comparativa dos textos de H. Lautensach, Suzanne Daveau esclarece em que consistem estas forças que determinam e condicionam a diversidade paisagística ibérica: “Os seus trabalhos, representam uma inovação, não só pela minuciosidade do tratamento de uma informação que se quer o mais completa possível sobre a diversidade geográfica da Península ibérica como também pela sua organização conceptual, em que distinguiu nomeadamente três «forças geográficas» responsáveis pela organização de grande parte dos aspectos da superfície terrestre: “A primeira delas chamou «planetária», e não «zonal» ou «latitudinal», como teríamos mais tendência para dizer, com certeza para insistir no facto de a modificação dos aspectos geográficos ligada à orientação meridiana (...) corresponde essencialmente «ao clima e às características da paisagem cultural e natural que dependem dele», pode também ser observada em fenómenos completamente independentes, como é o caso da conquista pelos árabes e a reconquista pelos cristãos da Península Ibérica.” Cfr. O. Ribeiro e H. Lautensach, *Geografia de Portugal. Vol.I.: A Posição Geográfica e o Território* (Comentários e actualização de S. Daveau), Lisboa, 1987, 31-32.

destaque para os etno-antropológicos- em detrimento dos aspectos naturais.²² Considera por isso, que a fronteira luso-espanhola, é em grande parte do seu traçado, pertencente ao grupo das «(...) fronteiras vivas da classificação de Vallaux, embora não típica.»²³ Apesar de lhe dar um significado diferente do atribuído por Magalhães Basto, no sentido de um maior dinamismo, pois refere que estas fronteiras resultam de uma evolução complexa, quase diríamos «geohistorica» no sentido de terem sido os acontecimentos históricos que provocaram modificações espaciais no traçado da fronteira, a qual não é uma simples linha resultante da demarcação politico-administrativa mas sim uma faixa zonal. Implicitamente, desvaloriza cada vez mais os factores naturais na génese da fronteira, muito embora reconheça que os rios Douro e Tejo originaram vales estreitos, admitindo algo reticentemente, a hipótese de E. Hernández-Pacheco e de H. Lautensach acerca da existência de um dobramento hercínico ao longo da fronteira comum que dificultaria a comunicação entre ambos os países.

No entanto, continuaria a considerar como muito mais relevantes para a separação peninsular as diferenciações etnográficas, antropológicas e linguísticas verificadas nos dois lados da fronteira, mas que não são suficientemente fortes que possam impedir a existência de intercâmbios culturais e económico-sociais entre os dois países.²⁴

Restará acrescentar que o interesse de M. Corrêa pela temática da definição e delimitação da fronteira luso-espanhola, se atinge muito a propósito, o seu paradoxismo entre 1938-1944, se torna posteriormente uma temática que deixa de ser afluída pelo geógrafo supracitado, o qual se remete a um discreto silêncio, passando a dedicar-se a estudos etnográficos sobre as então colónias portuguesas.

2. Amorim Girão: a fronteira externa subalternizada em relação à fronteira administrativa

O primeiro geógrafo doutorado em Ciências Histórico-Geográficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra Aristides de Amorim Girão, com a dissertação intitulada *A Bacia do Vouga* (1922), é dos geógrafos portugueses que mais cedo criticaram o neodeterminismo ratzeliano por este não definir com precisão os limites e subalternizar a acção do Homem aos condicionalismos do meio natural. No nosso entender, a teorização neo-ratze-

22. Corrêa, *Raça e Nacionalidade*, *op.cit.*, 77; A. Corrêa, “As bases geográficas e étnicas da nova carta política da Europa”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 3-4, 1921, 191; Corrêa, *Etnologia Ibérica...*, *op. cit.*, 166-167; A. Corrêa, *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, Porto, 1924, 21 ss; A. Corrêa, *Raízes de Portugal* (1928), *op. cit.*, 51-52; A. Corrêa, *op. cit.*, (1944) 137-138.

23. A. Corrêa, *Os Povos Primitivos*, *op.cit.*, 23.

24. «(...) Logo em 1935 se tinha realizado uma «Semana Cultural Galega» na Universidade do Porto, o momento que teria sido importante no reforço das relações pessoais, depois mantidas nas três décadas seguintes. Do lado português foram protagonistas importantes desta interlocução personagens de relevo como António Mendes Correia, Fernando Castro Pires de Lima, ou o arqueólogo Mário Cardoso os responsáveis pelas revistas onde surgiram com mais regularidade as colaborações arqueológicas e etnográficas dos intelectuais galeguistas.» Medeiros, *op. cit.*, 232.

liana é aquela que concebe os Estados como entidades autónomas dotadas de dinamismo económico-político semelhantes aos organismos viventes e como eles dotadas de vitalidade e de diversas fases evolutivas mas que admite a intervenção do Homem na sua formação e bem assim na delimitação da fronteira onde entram em linha de conta aspetos culturais e socio-económicos.

Se em todas as obras da década de 1930 sobre a divisão administrativa sobejam as referências de Amorim Girão às «fronteiras internas»²⁵, isto é aos limites entre as províncias e as regiões, baseadas em limites naturais²⁶, em contrapartida são relativamente escassas as

25. Girão, *op.cit.*, 1930-a; 1930-b; 1930-c; 1930-d; 1933-a; 1933-b; 1935-a; 1935-b; 1935-c; 1937; e 1938. A proposta de uma nova divisão regional de Portugal Continental elaborada por Amorim Girão foi aceite na sua quase totalidade pelos poderes vigentes porque contemplava a divisão provincial indicada na Reforma Administrativa do início da década de 1930 (Portaria de 17 de Outubro de 1930) de nítida inspiração integralista. Tendo o geógrafo de Coimbra limitado-se a pôr em prática a teorização elaborada sobre o mesmo assunto pelos membros da Escola de Geografia Francesa (especialmente P.Vidal de la Blache, A. Demangeon, J. Brunhes e C. Vallaux).

26. O que posteriormente lhe valeu, bem como ao seu discípulo A. Fernandes Martins acerbas críticas de Orlando Ribeiro por considerarem ambos os geógrafos conimbricenses que as bacias hidrográficas poderiam ser consideradas unidades regionais perfeitas. No que diz respeito aos limites fronteiriços, O. Ribeiro também critica Amorim Girão, por este referir que as bacias hidrográficas podem ser uma base para a delimitação fronteiriça, enquanto Orlando Ribeiro considera que as bacias fluviais são pelo contrario um traço de união entre os países ibéricos, tanto mais que a Reconquista Cristã se fez pela penetração ao longo das bacias fluviais. O. Ribeiro, “Alfredo Fernandes Martins: *O Esforço do Homem na Bacia do Mondego, Ensaio Geográfico*”, *Biblos*, vol. XVII (1), 1941, 363-369.

Posteriormente, na esteira vallauxziana, A. Girão, dá uma ênfase cada vez mais acentuada à delimitação fronteiriça assente primordialmente em elementos humanos, como seja a densidade populacional relativamente elevada das regiões fronteiriças em contraposição a outras regiões do interior e até do litoral menos povoadas. Esta permissa irá servir alguns anos mais tarde de base para o geógrafo de Coimbra criticar a obra de O. Ribeiro e N. Cardigos, *Geografia da população em Portugal «Estudos de Orlando Ribeiro e Norberto Cardigos»*, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Imprensa da Universidade, Lisboa, 1946, 43 p. Numa obra publicada posteriormente à Segunda Guerra Mundial e elaborada com o fim explícito de rebater a opinião daqueles dois geógrafos por estes salientarem o facto da importância demográfica de alguns aglomerados do interior raiano ser já nessa época muito relativa: “Também não deu conta [Orlando Ribeiro] por outro lado, da grande densidade dessas mesmas aglomerações nas zonas fronteiriças de mais fácil acesso (Beira Interior e Alentejo Interior), aglomerações humanas que outrora constituíram a armadura terrestre de Portugal e ainda hoje beneficiam das relações dos dois países peninsulares e até do comércio clandestino entre elas (...) Há sem dúvida troços fronteiriços que repelem as grandes aglomerações - contrafortes montanhosos ao N., e fossos profundos dos rios a E., mas há outros que manifestamente se atraem.” Girão e Velho, loc. cit. No entanto, segundo o nosso ponto de vista, Amorim Girão esqueceu-se ou confundiu dois termos: a densidade populacional e a população absoluta, se é certo que no interior raiano podem existir aglomerados de razoável dimensão, até mais populosos do que muitos do litoral (por exemplo a aldeia de Amareleja, as vilas de Campo Maior, Vila Real de Santo António ou a cidade de Elvas entre outros) isso não implica que a densidade populacional do concelho e sobretudo do distrito onde se insere esse aglomerado seja muito significativa. Temos de ter em consideração que os concelhos do interior fronteiriço têm no seu geral uma área muito extensa a par da

referências à necessidade de rectificação do traçado da fronteira luso-espanhola. Apenas no caso da polémica sobre a formação de uma suposta região da Beira Interior com sede na Guarda, menciona que para isso suceder, seria necessário a anexação de áreas raianas pertencentes a Espanha, fruto de uma divisão fronteiriça mais ou menos linear, que não tivesse em linha de conta os aspectos naturais –apenas o curso do rio Águeda– e muito menos os aspectos etno-linguísticos e históricos:

«A outra ideia é que, para Oeste do Águeda fronteiriço, ficam “ainda hoje terras irridentas de Portugal”. Também assim o julgamos e supomos até que, em confirmação dêsse facto, podem apontar-se as aldeias da serra da Gata onde se fala português. A linha de fronteira que avançava outrora mais pela Espanha (...) são talvez essas terras que faltam agora à Guarda, para constituir uma província à parte na nova divisão administrativa.»²⁷

Se ao geógrafo mencionado faltam as referências geopolíticas ao traçado da fronteira ibérica, o mesmo não se pode afirmar no que respeita aos condicionalismos histórico-geográficos que estiveram na origem da demarcação fronteiriça luso-espanhola, o que não é de admirar visto ter como base epistemológica a corrente historicista da escola vidaliana clássica: «As referências que fez aparecem dispersas por vários textos e é uma vez mais C. Vallaux a sua fonte.»²⁸

Esta afirmação reside no facto de que já nessas primeiras décadas do século XX, A. Girão romper com o determinismo geográfico da maioria dos autores que referiam que em termos climáticos e geomorfológicos Portugal representava uma unidade única e distinta na Península Ibérica, separada, ou melhor quase destacada, do país vizinho por uma fronteira natural onde os rios ibéricos se encaixavam. Torna-se notória a similitude das ideias com J. Brunhes e C. Vallaux sobre a formação, evolução e até a representação cartográfica das fronteiras europeias.²⁹

relativa importância populacional de um número muito reduzido de aglomerados —concomitantemente são aqueles que polarizam a vida económico-social— sendo toda a restante área envolvente quase um deserto em termos demográficos, quando não mesmo nos seus aspectos naturais.

27. Girão, *op. cit.*, (1937) 58.

28. C.Silva, “Geografia Política e Geografia da Administração Pública na Obra de Amorim Girão”, *Biblos*, Vol. LXXVI, Coimbra 1990, 52.

29. «(...) Le développement des États concorde avec le développement de leurs frontières (...) Sur les cartes, les frontières sont des lignes coloriées au pointillées, et seulement des lignes. Une étude comparée des États à different époque nos montre combien ses lignes son mobiles (...) proviennent des « conflits d'estimation de la valeur du sol » entre États voisins, dont parle Ratzel (...) la frontière moderne est une étendue organisée (...) des frontières d'Europe, mûries et vieilles par l'histoire (...) Si le courant se détourne des régions qui traverse la frontière de tension, celles-ci se détent, sa densité diminue, et la ligne de démarcation, même defectueuse, s'immobilise pour une longue période au tracé où les derniers mouvements l'ont fixée (...) nous n'avons plus alors que une frontière morte (...) ». J. Brunhes e C. Vallaux, *La Géographie de L'Histoire (Géographie de la Paix, de la Guerre, sur Terre et sur Mer)*, 2^a Ed., Paris, 1921, 337-353.

Em consonância com a opinião dos geógrafos franceses mencionados, A. Girão segue a mesma linha metodológica no que se refere à fronteira luso-espanhola, cujos limites considera resultarem de factos histórico-políticos:

«Com efeito, se descermos a um estudo mais consciencioso, examinando cartas dos diversos elementos do clima, notaremos que o traçado das suas linhas de referência (iostérmicas, isobáricas e outras) se estabelece por gradações insensíveis para Espanha, que assim nos aparece como um todo independente, nada autorisando a tomar a linha de fronteira como correspondendo a uma linha de separação climatérica (...) Não, Portugal não fica separado do resto da Península por fronteiras naturais! Digamos aos nossos vizinhos que o território português não é distinto da Espanha (...) mostrando que o vínculo nacional é tão forte que não tivemos necessidade de encontrar um território à parte para vivermos uma vida independente.»³⁰

Embora não rejeite que a delimitação da fronteira ibérica foi até certo ponto fruto do acaso, dependendo das conquistas *versus* sorte das armas por parte dos «barões portucalenses» essa conquista não foi feita por mero acidente mas sempre planeada, apoiando-se pontualmente nas condições morfológicas e hidrográficas do território, ou seja, teve um suporte natural porque foi seguindo pontos de apoio ao longo das sucessivas bacias fluviais: «(...) pela vantagem que ao avanço nesta direcção ofereciam os vales dos rios, tornados uma espécie de trincheiras líquidas que os conquistadores encontravam já abertas pela Natureza.»³¹ Por conseguinte, as linhas mais fáceis de penetração em território hostil são aquelas que explicam: «(...) como a nacionalidade portuguesa se formou assim desde o litoral «d'échelon en échelon» segundo a expressão do geógrafo Khol, à medida que alargava as suas fronteiras para norte e oriente.»³²

O clima de exaltação épica que se viveu a partir dos finais da década de 1930 e que teve o seu culminar na década seguinte, com as Comemorações dos Centenários (1940) levou Amorim Girão a publicar uma obra, intitulada *Geografia de Portugal* (1941) que traduzisse uma concepção histórico-geográfica nacionalista da «terra portuguesa»

Em acordo com a a ideologia propagandeada pelo regime salazarista, o geógrafo Amorim Girão numa óptica ruralista de cariz mussoliniano, vai estabelecer como uma das premissas para a manutenção da independência nacional a existência de uma fronteira geoeconómica baseada na autosuficiência agrícola em trigo –símbolo da abundância na cultura mediterrânea– que reforça, ou melhor vem corroborar as fronteiras lineares já existentes. Estas, são de índole histórica e político-administrativa, tanto mais que Portugal não dispõe de qualquer barreira natural marcante que sirva de fronteira física e nos permita marcar indelevelmente a separação face ao país vizinho: «(...) um território político terá tanto mais condições de perdurar quanto mais corresponder o seu território económico.

30. A. A. Girão, *Geografia Física de Portugal, Lições Universitárias do Ex^{mo} Sr. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho*, Viseu, 1915, 10-12.

31. Girão, *Condições Geográficas*, *op.cit.*, 20.

32. Girão, *Condições Geográficas*, *op. cit.*, 35.

“O trigo da nossa terra é a melhor fronteira que nos defende”, escreveu-se a propósito da Campanha do Trigo.»³³

O título *Geografia de Portugal* (1941) pretende dar uma visão geográfica pormenorizada do território português no contexto do ideário nacionalista tão ao gosto do regime salazarista.³⁴ No que nos interessa particularmente, aclara o conceito de delimitação da fronteira em função das divisões «geohistóricas» dos reinos peninsulares, efectuadas segundo a progressão da Reconquista Cristã, sobre a qual tem o geógrafo de Coimbra opinião muito semelhante à dos seus congéneres Dantín Cereceda³⁵ e Max Sorre³⁶ para quem a formação de três frentes contínuas e quase paralelas entre si estiveram na origem da diferenciação política dos diversos Estados peninsulares (figura 2).

Esta expansão para Sul e paralelamente ao litoral ao longo das bacias fluviais, determinou a precoce definição da fronteira portuguesa, que é apresentada num mapa de pequena escala (Figura 3) onde mais uma vez os efeitos propagandísticos são evidentes: Portugal ou antes, os limites do território nacional, aparecem a preto carregado enquanto o restante território ibérico surge em cor branca, significando que a formação de Portugal foi mais relevante e até certo ponto se fez independentemente dos restantes reinos peninsulares. Assinale-se o manifesto exagero dos limites (provisórios) do território português ao longo da bacia do Tejo (1168) e ao longo do Rio Guadiana (1250). Apesar da definição de fronteiras em Alcañices (1297) Amorim Girão tem o cuidado de deixar assinalada com uma trama diferente na bacia do Guadiana a área que delimita as fronteiras portuguesas, julgámos tratar-se da problemática divisão relativa às Contendas de Moura e Arronches das quais só no século XX (1927) se vieram a fixar os limites fronteiriços definitivos.

33. A. A. Girão, “Impossibilidade de fixar no Sul do país o excesso demográfico do Noroeste português,” *Actas do Congresso do Mundo Português*, Vol. XVIII, Lisboa, 1940, 672-681. *Apud* C. Silva, *op. cit.*, 59 – 60.

34. Esse «alguém» seria o seu ex-colega e amigo, o Presidente do Conselho de Ministros, A. Salazar? Outra hipótese, por nós também aventada noutro artigo, fundamenta-se num repto lançado nesse sentido pelo geógrafo José Barata em 1929, numa conferência proferida no Liceu de Viseu do qual era reitor. A este propósito, consultar José Henriques Barata, *Portugal e os Geógrafos Estrangeiros*, Conferência pronunciada no Liceu de Viseu em 1 de Junho de 1929, Tipografia «Casa Minerva Editora», Ílhavo, 1929, 37. Há que recordar que nos mesmos tempos da Faculdade, A. Girão privara também com o futuro Cardeal Patriarca D. António Gonçalves Cerejeira. Questionámo-nos assim se terá sido por mero acaso que a sua obra mais emblemática, *Geografia de Portugal*, foi editada pela Portucalense Editora, já nos anos quarenta do século transacto ligada senão mesmo propriedade da Igreja Católica, embora controlada nominalmente pelo historiador Damião Peres.

35. O mapa apresentado por Amorim Girão em *Geografia de Portugal* intitulado “Frentes Militares e Consequências Políticas da Reconquista cristã” é uma cópia quase exacta do mapa VII intitulado “Reconquista Cristã”, apresentado pelo geógrafo espanhol mencionado: J. Dantín Cereceda, *Regiones Naturales de España*, Tomo I, 2ª Ed, Madrid, 1942, 100.

36. M. Sorre, e J. Sion, *Géographie Universelle, Publiée sous la direction de P. Vidal de la Blache et L. Gallois, Tome VII, Méditerranée, Péninsules Méditerranéennes, Espagne et Portugal*, Paris 1934, 93-94. M. Sorre, “Notes d’un géographe en marge de l’histoire ibérique”, *Bulletin de la Société de Géographie de Marseille et d’Etudes Coloniales*, Tome 56, 1935, 6.

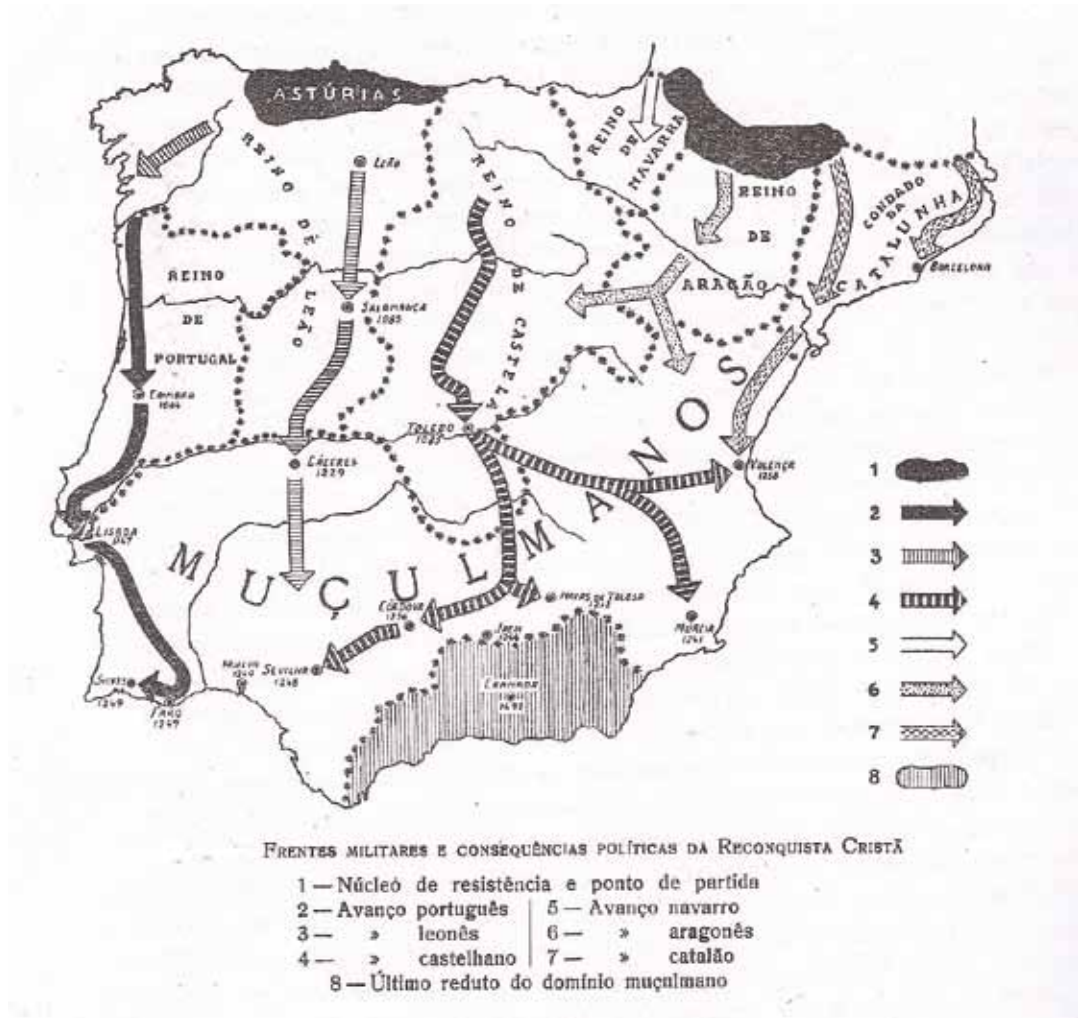


Figura 2. Progressão da Reconquista cristã e formação dos proto-Estados peninsulares.
Fonte: Aristides de Amorim Girão, *Geografia de Portugal*, SARL, Porto, 1941, p. 437.

A formação do Estado português terá antecedido a formação da nacionalidade, se bem que antes da formação da estrutura organizativa do Estado já houvesse uma consciência de uma individualidade local –expressa nos municípios– não era ainda a formação da Nação, pois para que esta existisse era necessário que toda a população tivesse uma identidade pró-

pria projectada num determinado território, isto é uma percepção «espacial» do que era Portugal, delimitado por fronteiras politico-administrativas ou naturais face a Castela-Leão. O que só veio a suceder, segundo Amorim Girão em finais do século XIV, tendo sob este ponto de vista, uma opinião muito parecida com a defendida por Gonzalo de Reparaz que afirma: «No es la nación la que constituye el Estado, es el Estado el que constituye a la nación.»³⁷

Esta opinião está em consonância com a teoria neo-ratzeliana defendida por J. Brunhes e Camille Vallux de que:

«Les États sont des sociétés organisées pour garantir aux individus qui les composent leur sécurité personnelle (...) la notion de l'État est nécessairement territoriale en même temps que juridique. Le droit de l'État et sa domination territoriale se juxtaposent d'une manière très étroite pour donner naissance à une forme spéciale de l'occupation du sol (...) s'appelle la souveraineté, elle se traduit dans la pratique pour un nombre plus au moins grand de réglementations imposées à la fois au territoire ; aux hommes qui l'habitent (...) Un État se compose donc d'une fraction d'humanité et d'un morceau de territoire (...). Au point de vue humaine, comme au point de vue territorial, un État peut se superposer exactement à l'habitat d'un peuple, d'une race ou d'une nation.»³⁸

Se como pretende A. Girão, o Estado português surgiu em parte para contrabalançar em poderio e em recursos as tendências hegemónicas de Castela-Leão, a fronteira setentrional portuguesa (Figura 3) dever-se-ia ter estendido mais para Norte, incorporando a Galiza, o que só não se concretizou porque a sorte das armas nos foi adversa. Também se tentou um expansionismo para Leste, mas as hostes de Castela-Leão, impediram a apropriação de mais territórios, muito embora em finais do século XIII se fizesse a delimitação oficial das «terras centieiras» de Riba Côa (Figura 4) devido a essa área situada muito para Leste dos centros decisórios do Poder, já ter sido de antemão ocupada pelos portugueses.

Significa isto que para A. Girão, o Estado português, no seu processo de formação e de consolidação, apesar do núcleo polarizador da capital e da presença comum do Oceano, teve necessidade para completar a sua área territorial, de ir acrescentando outras áreas mais diferenciadas, não tanto por razões geo-económicas –o País já seria caracterizado por um polimorfismo geográfico– mas por questões geoestratégicas, importantes para a sua sobrevivência como entidade autónoma e pela segurança que permitia em termos de distanciamento físico entre o litoral ocidental (especialmente a capital) e as fronteiras limítrofes, de onde poderia surgir um eventual ataque dos vizinhos ibéricos. Por isso, na medida do possível, até onde a força das armas e os tratados diplomáticos o consentiam, foi-se conquistando: «(...) um retalho da Galiza, outro de Leão, outro da Estremadura espanhola, e outro, finalmente da Andaluzia.»³⁹

37. G. de Reparaz, *Geografía y Política (Veinticinco lecciones de Historia Naturalista)*, 1ª Ed., Barcelona, 1929, 213.

38. J. Brunhes, C. Vallaux, *op. cit.*, 269-270.

39. Girão, *Condições Geográficas ...*, *op. cit.*, 21.

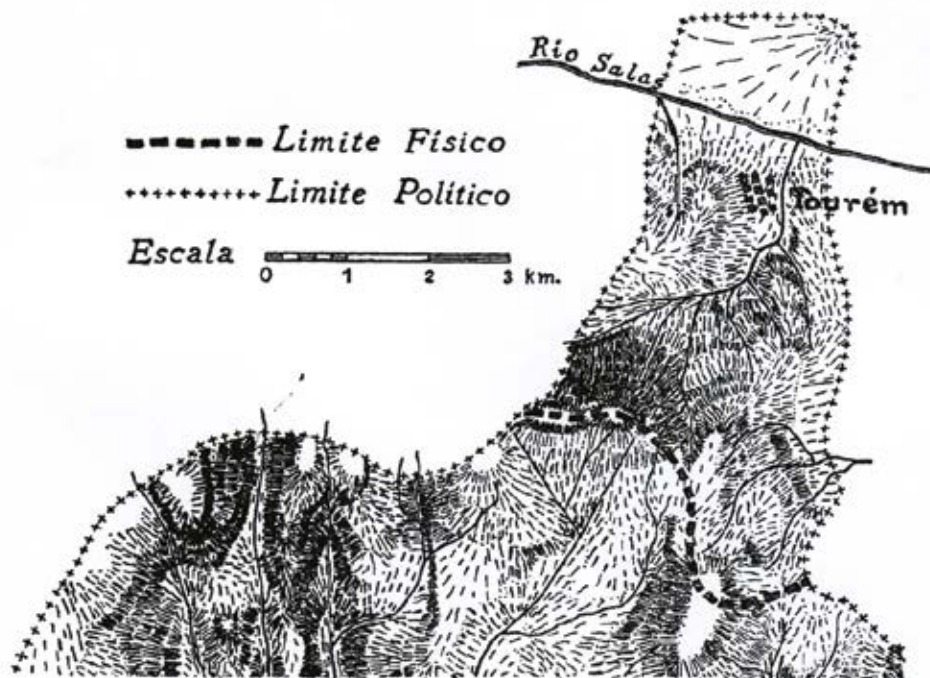


Figura 3. Troço da fronteira do Norte. Fonte: Aristides de Amorim Girão, *Geografia de Portugal*, Porto, 1941, p. 37.



Figura 4. Troço da fronteira Este. Fonte: Aristides de Amorim Girão, *Geografia de Portugal*, Porto, 1941, p. 35

Ainda no que respeita à individualização de Portugal no seio da Península Ibérica, Amorim Girão refuta liminarmente E. Reclus por este considerar que a independência de Portugal foi facilitada pela delimitação gradual do País segundo uma fronteira rectilínea, que os acidentes naturais propiciavam. Pelo contrário, afirma o geógrafo português, a fronteira luso-portuguesa resultou de um esforço de (re)conquista para Sul e para Este, facto lento e irregular, em que ora se ganhavam ora se perdiam territórios, segundo os acasos das batalhas ou as conveniências dos tratados, o que fez com que o traçado fronteiriço se apresentasse irregular e mesmo descontínuo. Sendo assim, seria lícito pensar que a fronteira portuguesa nunca poderia ter o traçado rectilíneo que apresenta actualmente.

Para que este facto sucedesse, tiveram de intervir diversos factores histórico-políticos para que a fronteira não fosse sinuosa como na maioria dos países europeus para o que terá contribuído a preocupação em que a «raia seca» seguisse um traçado mais ou menos paralelo à fronteira marítima, a par de uma natural sobreposição entre aquela e pequenos acidentes morfológicos e/ou bacias hidrográficas. Apesar de Amorim Gião saber que este facto nem

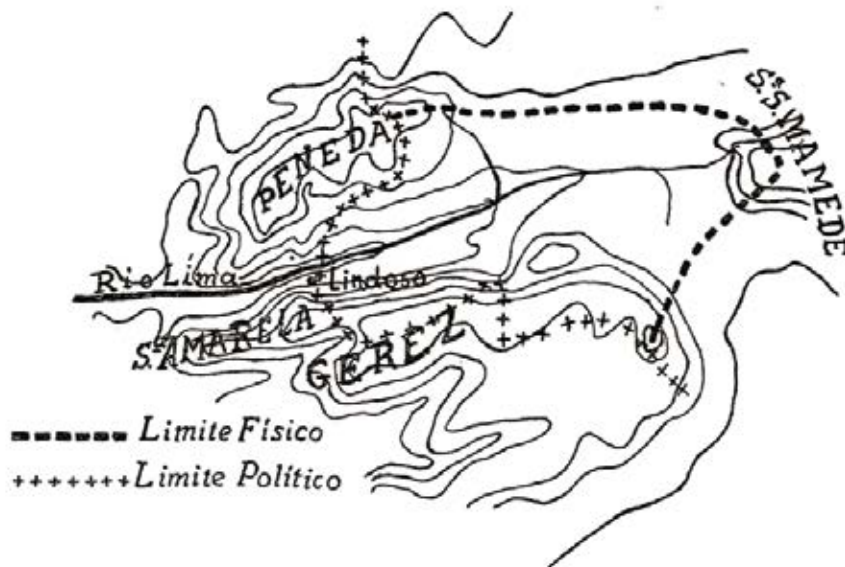


Figura 5. Troço da fronteira Luso-Espanhola na bacia do Lima. Fonte: Aristides de Amorim Girão, *Geografia de Portugal*, Porto, 1941, p 38.

sempre constituiu norma porque muitas vezes a própria fronteira política cortou perpendicularmente estas delimitações que mais logicamente poderiam ser consideradas como a «fronteira natural» (Figura 5), por serem demarcadas por elementos físicos, enquanto a fronteira política é apenas assinalável pelos marcos fronteiriços.

Segundo o que foi afirmado, concluímos que para A. Girão, a fronteira política terrestre raramente coincide com a fronteira natural, tanto mais que será de toda a lógica aceitar que a morfologia e as bacias hidrográficas portuguesas são o prolongamento natural das espanholas. Esta opinião primeiramente expressa com clareza em Portugal pelo geógrafo de Coimbra, vem precisamente corroborar a teoria da delimitação da fronteira hispano-portuguesa feita anos antes por Dantín Cereceda⁴⁰ e Hernández-Pacheco⁴¹. Segundo o geógrafo português supracitado, o principal elemento de separação, as mais das vezes de união física que não política com o país vizinho, resulta do prolongamento das principais bacias fluviais espanholas de direcção Este-Oeste para território português, o que perfaz não só uma certa unidade das características geográficas naturais da própria bacia em si (altitude, morfologia), mas também uma certa simbiose em termos humanos: regra geral as bacias fluviais são locais de fácil penetração –por transporte fluvial ou rodo-ferroviário– o que implica um maior intercâmbio económico, esbatendo as diferenças étnicas e de usos e costumes entre os dois povos. Significa isto, que apesar das condições naturais da «raia seca» serem idênticas, é incontestável para Amorim Girão a existência de uma fronteira política entre os dois países Ibéricos. Esta surgiu devido não só à força política do conjunto da Nação portuguesa, assente na especificidade das áreas litorais mas posteriormente consolidada pela expansão ultramarina que fizeram com que no seu conjunto, Portugal definitivamente se autonomizasse da Espanha em termos políticos, culturais e socio-económicos.

As implicações em termos da caracterização e da delimitação da fronteira luso-espanhola são evidentes: não só esta tem um traçado bastante rectilíneo e quase paralelo ao litoral (apesar de em algumas áreas o traçado ser irregular devido às características morfológicas como no Norte do Minho) mas o que é mais importante, a sua delimitação é quase totalmente artificial, mesmo que por eventualidade existam cursos de água. Por essa razão, nós entendemos que é antes de mais uma fronteira linear que só pode ser zonal em casos pontuais, naqueles em que as áreas mais povoadas originam uma gradação da paisagem resultante da actuação do Homem sobre o Meio, separando regiões em tudo idênticas:

«(...) as fronteiras terrestres separam com frequência regiões portuguesas do seu natural prolongamento no País vizinho, ou incluem em Portugal fragmentos de regiões espanholas, quando mesmo não separam ou separaram províncias homónimas pertencentes aos dois Estados peninsulares.»⁴²

40. Dantín Cereceda, *Resumen fisiográfico...*, *op.cit.*

41. Hernández Pacheco, *op.cit.*

42. Hernández Pacheco, *op.cit.*, 35.

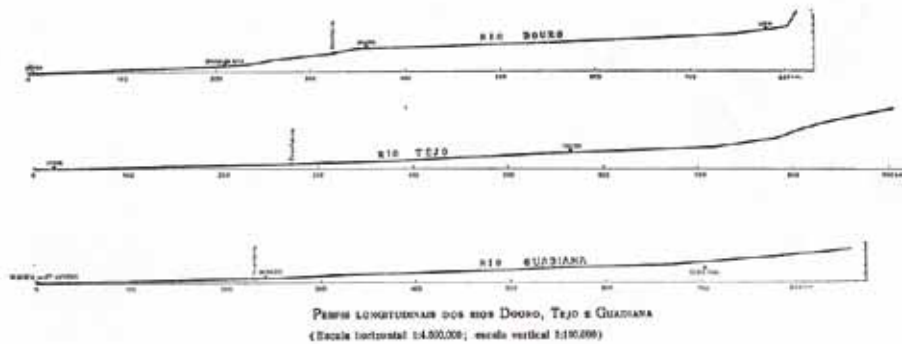


Figura 6. Perfis transversais dos rios luso-espanhóis. Fonte: Aristides de Amorim Girão, *Geografia de Portugal*, Porto, 1941, p. 41.

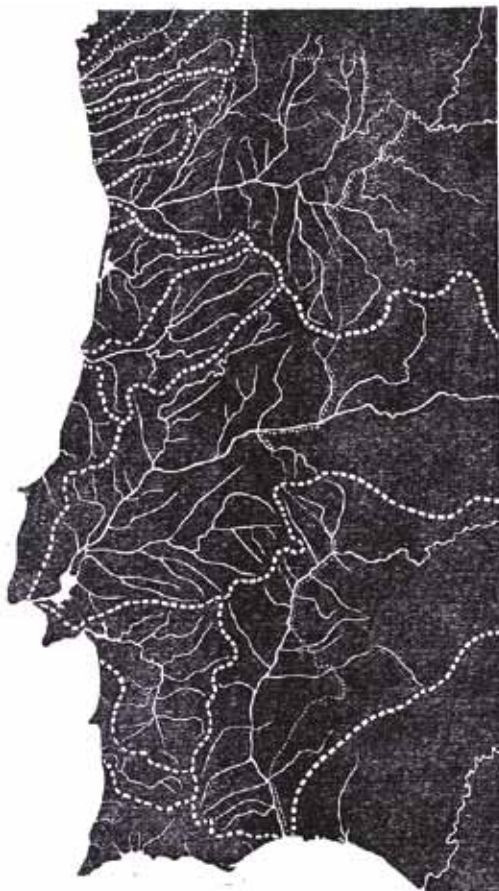


Figura 7. Bacias hidrográficas do território português. A linha tracejada indica a divisão das bacias hidrográficas, a linha pontilhada, as fronteiras de Portugal. Fonte: Aristides de Amorim Girão, *Geografia de Portugal*, Porto, 1941, p. 137.

Contudo, A. Girão não deixa de dar realce a alguns aspectos naturais como indicadores da separação entre os dois países ibéricos, pelo menos no que diz respeito a pequenos troços da extensa fronteira comum, em que a sua delimitação pode ser considerada como parcialmente assente nos cursos de água, singularidade que uma década antes já tinha chamado a atenção de Hermann Lautensach: «Em parte nenhuma se evidencia tão fortemente a predilecção dos povos latinos pelos limites formados por cursos de água que K. Haushofer focou tão flagrantemente.»⁴³

O próprio autor da *Geografia de Portugal* reconhece a importância destes elementos ao apresentar o perfil longitudinal dos três grandes rios ibéricos (Figura 6), referindo que pelo menos o Douro em certas áreas do seu percurso delimita uma verdadeira fronteira natural: «A linha fronteira fica bem marcada, no perfil longitudinal do Douro, pelas acentuadas quedas de nível do segmento do rio compreendido entre Zamora e Barca de Alva. Já não sucede o mesmo, todavia, com os dois outros cursos de água comuns a Portugal e Espanha.»⁴⁴

No entanto, Amorim Girão considera, ao invés de E. Semple, que as bacias hidrográficas dos rios ibéricos são mais áreas de separação do que união dos povos peninsulares, isto porque se o caudal dos três rios é indiscutivelmente mais regular no troço português, constatando que a fronteira administrativa não divide as bacias hidrográficas de uma forma equitativa (Figura 7). Antes pelo contrário, podemos nós afirmar, ao verificarmos que os denominados rios ibéricos como o Douro, o Tejo, e o Guadiana são cursos de água predominantemente de Espanha pois as suas bacias hidrográficas situam-se em dois terços neste último país.

Também existe outra razão, para Amorim Girão considerar que as bacias hidrográficas dividem as populações de ambos os países ibéricos; no nosso entender essa é de ordem geopolítica, porque resulta do facto das linhas de penetração (ou se quisermos de invasão) de Portugal através de Espanha puderem ter como fluxos privilegiados os vales fluviais, pese embora o facto de em alguns troços, como no caso do Douro fronteiro, estes serem estreitos e acidentados (Figura 8) embora em menor grau do que aquele atribuído pelos estrategas militares⁴⁵ e geopolíticos espanhóis.⁴⁶ Este facto obrigou desde cedo à construção de uma série

43. Lautensach, *op.cit.*, 365.

44. A. Girão, *Geografia de Portugal*, Porto 1941, 41.

45. J. Díaz Villegas, *Geografía Militar de España, países y mares limítrofes - Contribución al estudio estratégico de la Península*, 3ª Ed., Madrid, 1940, 297-395.

46. «(...) para nosotros, quando no hablamos concretamente de España y de Portugal, solo existe una Hispanidad y unos hechos hispanos como sólo hubo y hay un destino común para todos los pueblos que habitan en el solar de la Península Hispana.» J. Vicens-Vives, *Geopolítica del Estado y del Imperio*, Barcelona 1940, 215 pp., 27 *apud* A. Reguera Rodriguez, “Fascismo y Geopolítica en España”, *Geo-Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana*, 94, 1991, 28. A propósito deste último termo, «solar ibérico», o seu significado tem evidentes conotações geopolíticas, pois em sentido figurado refere-se à unidade ibérica (podendo ou não estar dividida em dois países distintos), mas sujeita às mesmas influências de ordem natural, que penetram pelas diversas «portas e janelas» que mais não são do que as áreas onde se notam com mais intensidade as influências marítimas e continentais. Enquanto em termos humanos, se reporta aos locais que constituíram rotas de passagem e de interpenetração de culturas, por conseguinte em que mais se

de fortificações que em tempo de crise política ou de guerra defendessem a fronteira política, ao mesmo tempo que serviam de refúgio às populações que assim viam interrompidas momentaneamente os contactos com o outro lado da raia.

Acrescente-se que esta divisão algo artificial entre ambos os Estados vizinhos é demarcada por marcos de pedra (Figura 9) outrora denominados malhões⁴⁷ muitas vezes ostentando as quinas nacionais e com uma gravação de uma letra E maiúscula no lado voltado para Espanha e um P maiúsculo na face voltada para Portugal.⁴⁸ Surge até em alguns locais da «raia seca» o curioso costume de verificar se os marcos de delimitação não foram mudados de sítio, com ritos e tradições que se repetem desde os finais da Idade Média, o que nos indica que excepto em casos pontuais, o traçado fronteiriço manteve-se mais ou menos constante.⁴⁹

Pelo que foi exposto, constatamos que a diferenciação fronteiriça para Amorim Girão assenta primordialmente em elementos humanos, particularmente de ordem histórico-política de cariz nacionalista, que poderemos talvez impropriamente, nomear de «portugalidade». Contudo, os elementos naturais não estão de todo ausentes da delimitação da raia ibérica, se bem que secundarizados, considera aquele geógrafo que as bacias hidrográficas também podem ser um elemento determinante para a delimitação fronteiriça e por inerência, um dos aspectos a ter em linha de conta na individualidade e autonomia portuguesa face ao país vizinho.

Em suma, a opinião dos geógrafos, particularmente de Amorim Girão sobre a importância dos factos históricos na delimitação da fronteira luso-espanhola e bem assim na in-

fez notar a influência dos povos que aqui se fixaram. Em suma, o conceito de «solar ibérico», pressupõe um mesmo passado histórico e um mesmo destino comum para os povos peninsulares.

47. Existem referências à colocação destes marcos de pedra desde o século XIII com a definição das fronteiras nacionais, como refere J. Leite de Vasconcelos: «Afonso III intitulou-se rei do Algarve e Portugal recebeu por limites ao Sudeste a corrente do Guadiana, desde a confluência do Caia com este rio até ao mar; Arronches e Alegrete, além do Caia, sobre que houvera litígios, ficaram de Portugal, e puseram-se marcos, isto é, malhões, ao Nascente dessas terras.» J. Vasconcellos, “Delimitação da fronteira portuguesa (Notícia Histórica)”, Separata do *Boletim de Segunda Classe de letras da Academia de Ciencias de Lisboa*, vol XII (1917-1918), Coimbra, 1920, 1284-1285.

48. «(...) a linha dos malhões ou marcos tinha o nome de malhoeira. Os marcos eram feitos de pedras miúdas (alvenaria), e também os havia inteiriços: o que tudo ao presente ainda acontece (...) Este marco, acima do solo, não chega a levantar-se 1 metro de altura.»

Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa...*, *op. cit.*, 242-243.

49. O que nos prova que essa delimitação raras vezes foi assente em acidentes naturais (morfológicos ou hidrográficos) mas sim em limites artificiais, características das fronteiras lineares como é na maior parte da sua extensão a fronteira hispano-portuguesa, em que existe o curioso costume de: «A fim de se evitarem desmandos na demarcação estabelecida na fronteira, julgou-se conveniente que de tempos a tempos autoridades das duas nações examinassem as colocações dos marcos (...) A respeito do concelho de Bragança é que sei que em Agosto de cada ano se reúnem na fronteira autoridades portuguesas e hespanholas, com o indicado intuito, e que d'isso se lavra uma acta em duplicado; se é rio que forma a divisão, averiguam se durante o ano saiu ou não do seu leito, e isso se menciona na acta. Tenho notícia de que a mesma ou semelhante cerimónia se realiza na fronteira da Beira-Baixa e na de Elvas-Badajoz.» Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa...*, *op. cit.*, 241- 242.

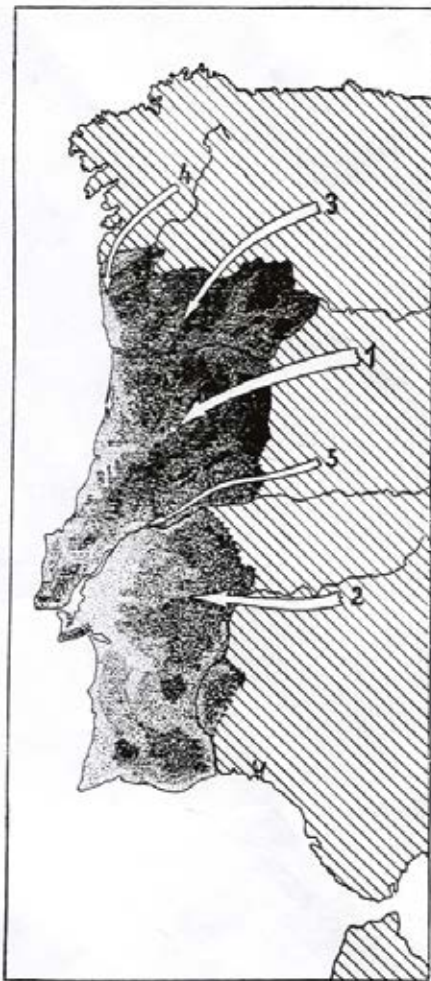


Figura 8. As linhas de penetração no território português. Legenda da figura:

1-Vale do Mondego (por Ciudad Rodrigo em direcção a Almeida e Guarda em direcção a Coimbra)

2-Alto Alentejo (de Badajoz por Elvas em direcção a Lisboa)

3-Vale do Tâmega (de Verín por Chaves e V. Pouca de Aguiar em direcção ao Porto)

4-Litoral do Norte (de Tui por Valença e Caminha em direcção ao Porto)

5-Beira Baixa (de Alcântara por Salvaterra do Extremo, Abrantes e Santarém em direcção a Lisboa)

Fonte: Aristides de Amorim Girão, *Geografia de Portugal*, Porto, 1941, p. 431

dividualidade portuguesa, foi nestas primeiras décadas do século XX, a única a ter alguma atenção e porque não? influência nos meandros do Poder pelos geógrafos.

Conclusão

No que respeita à comunidade científica dos geógrafos portugueses nas primeiras décadas do século passado no horizonte temporal balizado entre os finais da Monarquia Constitucional até à Ditadura Militar, são todos eles conotados com os movimentos mais conservadores da sociedade portuguesa (sem real intervenção política com excepção de Amorim Girão e Mendes Corrêa), abstendo-se de expressar as suas concepções científicas sobre a problemática da delimitação da fronteira portuguesa numa óptica demasiadamente nacionalista, sendo até relativamente independentes face ao Poder político. No entanto, a partir da institucio-

nalização e estabilidade do Salazarismo em meados da década de 1930 até quase ao final da Segunda Guerra Mundial, os dois geógrafos portugueses supracitados (Amorim Girão e Mendes Corrêa), numa subserviência ao Poder constituído, acentuam o cunho nacionalista, até algo agressivo de um discurso quase xenófobo, da especificidade geográfica e histórica da delimitação da fronteira portuguesa utilizada sempre como argumento justificativo da autonomia política nacional no quadro ibérico.

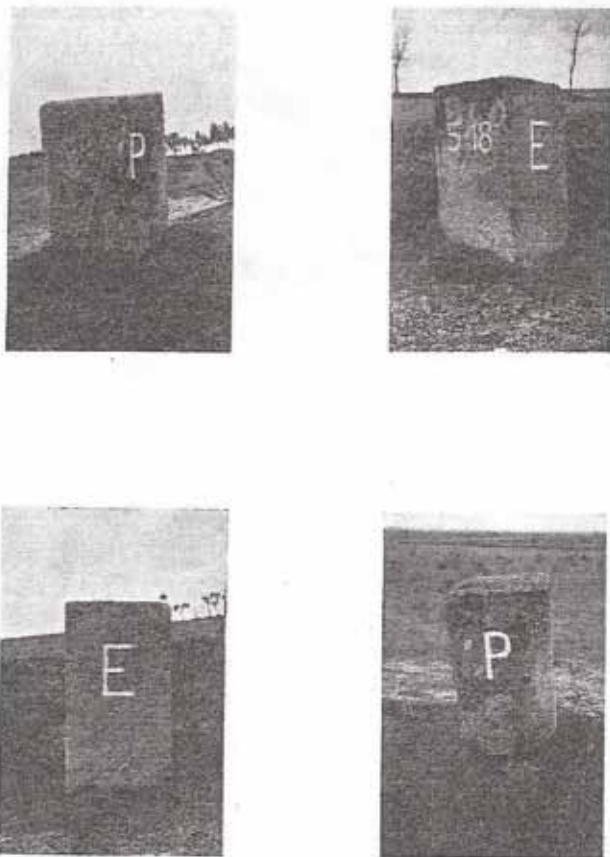


Figura 9. Exemplos de marcos fronteiriços entre Portugal e Espanha. Fonte: A. Amorim Girão, *Geografia de Portugal*, Porto, 1941, estampa LXVIII.